

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às demonstrações financeiras da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ("Santander Securities"), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018 e de 2017, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Eventos Societários:
Em 13 de janeiro de 2017, foi criado o Conselho de Administração da Santander Securities o qual é composto por no mínimo 5 e no máximo 10 membros, dentre os quais um Presidente, designado pelo Assembleia Geral, e os demais designados membros, todos eleitos por Assembleia Geral em Ações em bloco, com mandato de 3 anos.

Na reunião em vista a criação do Conselho de Administração, foram eleitos: (a) como Presidente do Conselho de Administração da Santander Securities, Carlos Roberto de Robles Arienza e (b) como Conselheiros: Alexandre Silva D'Ambrosio, Andrés Campos Calvo-Sotelo, Carlos Rey de Vicente, Jean Pierre Dupui e Joaquin Alfaro Garcia.

Durante o primeiro semestre de 2018, o Sr. Alexandre D'Ambrosio foi substituído pelo Sr. Alessandro Tomao, no cargo de Conselheiro. Na Reunião da Diretoria realizada em 10 de outubro de 2017, foi declarada a proposta de Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$39.685 (R\$22.80134 por ação), sendo R\$33.732 líquidos dos efeitos tributários (R\$19.38099 por ação). O pagamento foi realizado em 10 de dezembro de 2017.

Na Reunião da Diretoria realizada em 26 de dezembro de 2017, foi declarada a proposta de Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$14.770 (R\$8.48622 por ação), sendo R\$12.554 líquidos dos efeitos tributários (R\$7.213 por ação). O pagamento foi realizado em 28 de dezembro de 2017.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 30 de junho de 2018, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$950 milhões (30/06/2017- R\$918 milhões). O lucro líquido apresentado no semestre foi de R\$32 milhões (30/06/2017- R\$36 milhões).

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2018	30/06/2017		Nota	30/06/2018	30/06/2017
Ativo Circulante		402.784	288.436	Passivo Circulante		74.055	48.419
Disponibilidades	48.13.c	2.942	1.579	Outras Obrigações		74.055	48.419
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13.c	370.850	250.244	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		4	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		370.850	250.244	Sociais e Estruturadas		1.652	1.161
Outros Créditos		28.578	36.351	Fiscais e Intermediárias	9	33.748	37.148
Rendas a Receber	6.a	25.215	32.024	Negociação e Intermediação de Valores		25.533	-
Créditos Tributários	5.a	2.337	3.229	Diversas	11	13.118	10.110
Diversos	6.b	1.026	1.098	Passivo Exigível a Longo Prazo		19.202	16.911
Outros Valores e Bens		414	262	Outras Obrigações		19.202	16.911
Despesas Antecipadas		414	262	Fiscais e Previdenciárias	9	378	-
Ativo Realizável a Longo Prazo		24.417	21.734	Diversas	11	18.824	16.911
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13.c	1.054	-	Patrimônio Líquido	13	950.041	918.452
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		1.054	-	Capital:		-	-
Outros Créditos		23.363	21.651	De Domiciliados no País		840.313	840.313
Rendas a Receber	6.a	-	812	Reservas de Lucros		109.859	78.139
Créditos Tributários	5.a	4.200	3.077	Ajustes de Avaliação Patrimonial		(131)	-
Diversos	6.b	19.163	17.762			-	-
Outros Valores e Bens		-	83			-	-
Despesas Antecipadas		-	83			-	-
Permanente		616.097	673.612			-	-
Investimentos		1	1			-	-
Outros Investimentos		144	144			-	-
Provisões para Perdas		(149)	(149)			-	-
Imobilizado de Uso	7	1.079	1.162			-	-
Outras Imobilizações de Uso		1.079	1.162			-	-
(Depreciações Acumuladas)		(185)	(48)			-	-
Intangível	8	615.017	672.449			-	-
Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura		323.055	323.055			-	-
Outros Ativos Intangíveis		466.803	462.748			-	-
(Amortizações Acumuladas)		(174.841)	(113.354)			-	-
Total do Ativo		1.043.298	983.782	Total do Passivo		1.043.298	983.782

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros		
	Capital Social	Reserva Legal		Reserva Estatutária	Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	840.313	12.051	30.403	-	-	882.767
Lucro Líquido	-	-	-	-	35.685	35.685
Destinações:						
Reserva Legal	13.c	1.784	-	-	(1.784)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	13.c	-	16.951	-	(16.951)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	13.c	-	16.950	-	(16.950)	-
Saldos em 30 de Junho de 2017	840.313	13.835	64.304	-	-	918.452
Mutações no Semestre		1.784	33.901	(63)	-	35.685
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	840.313	16.547	61.364	(68)	-	918.161
Lucro Líquido	-	-	-	-	31.948	31.948
Destinações:						
Reserva Legal	13.c	1.596	-	-	(1.596)	-
Juros sobre o Capital Próprio	13.b	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização de Dividendos	13.c	-	15.176	-	(15.176)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	13.c	-	15.176	-	(15.176)	-
Saldos em 30 de Junho de 2018	840.313	18.143	91.716	(131)	-	950.041
Mutações no Semestre		1.596	30.352	(68)	-	31.880

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (Santander Securities) controlada pela Santander Securities Services Brasil Participações S.A. (S3 Participações), tem por objeto, dentre outros: (i) subscriver, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; (ii) comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros; (iii) encarregar-se da administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários; e (iv) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado. As operações da Santander Securities são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Securities foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos exercícios demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas (Nota 3.n).

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2018, na reunião realizada em 23 de agosto de 2018.

3. Principais Práticas Contábeis**a. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Securities.

b. Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, *pro rata* dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

Ativos e Passivos a Longo Prazo
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pelo Circular Bacen 3.068/2011.

c. Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

f. Provisões para Perdas - Rendas a Receber

As provisões para perdas de Rendas a Receber são fundamentadas nas análises das operações em aberto, na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos da carteira e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões.

g. Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

h. Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

h.i. Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base na seguinte taxa anual - sistemas de processamento de dados - 20%.

h.ii. Intangível

O ágio na aquisição de direitos de uso de negócio é amortizado em 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

Os ativos identificados decorrentes da aquisição de negócio, substancialmente, relacionamento com clientes, são amortizados pelos prazos estimados de vida útil (Nota 8.a).

Os gastos de aquisição de logicióis são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos (Nota 8.a).

h. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A Santander Securities é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda de ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 11.d) e para as provisões cujo risco de perda é remoto não é requerida a divulgação.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho com reconhecimento contábil. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis à Santander Securities, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de imputar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem imputadas.

j. Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Santander Securities de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Planos de Contribuição Definida

Planos de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Santander Securities como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 22. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

A Santander Securities aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente, ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

Principais Definições

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados;

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano;

Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2018, os ativos totais atingiram R\$ 1.043 milhões (30/06/2017- R\$ 984 milhões). Desse montante, R\$ 615 milhões (30/06/2017- R\$ 672 milhões) são representados por ativos intangíveis e R\$ 371 milhões (30/06/2017- R\$ 250 milhões) por aplicações interfinanceiras de liquidez.

Em 30 de junho de 2018, o passivo total foi de R\$ 93 milhões (30/06/2017- R\$ 65 milhões), representado substancialmente por obrigações fiscais e previdenciárias no montante de R\$ 60 milhões (30/06/2017- R\$ 37 milhões).

Outras Informações

A política de atuação da Santander Securities na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais do auditor, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação pro segue: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) a necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

A Santander Securities informa que no semestre findo em 30 de junho de 2018, não foram prestados pela PwC e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.

Adicionalmente, a Santander Securities confirma que a PwC dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

Colocamos-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 23 de agosto de 2018.

O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Recetas da Intermediação Financeira		11.797	12.614
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	14.c	11.797	12.614
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		11.797	12.614
Outras Recetas (Despesas) Operacionais		63.701	67.659
Recetas de Prestação de Serviços	15	144.904	149.920
Despesas de Pessoal	16	(19.916)	(17.390)
Outras Despesas Administrativas	17	(46.924)	(47.150)
Despesas Tributárias	18	(12.911)	(13.412)
Outras Recetas Operacionais	19	1.657	792
Outras Despesas Operacionais	20	(3.109)	(5.101)
Resultado Operacional		75.498	80.273
Resultado não Operacional		-	12
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		75.498	80.285
Imposto de Renda e Contribuição Social	21	(38.528)	(41.733)
Provisão para Imposto de Renda		(21.007)	(23.604)
Provisão para Contribuição Social		(17.003)	(19.012)
Ativo/(Passivo) Fiscal Diferido		(518)	883
Participações no Lucro		(5.022)	(2.867)
Lucro Líquido		31.948	35.685
Nº de Ações (Mil)	13.a	1.740	1.740
Lucro por Ação (em R\$)		18,36	20,51

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Atividades Operacionais		31.948	35.685
Lucro Líquido		31.948	32.352
Ajustes ao Lucro Líquido		32.963	32.352
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		518	(883)
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos	12.b	2.027	3.102
Depreciações e Amortizações	19	30.792	30.921
Atualização de Depósitos Judiciais	19	(356)	(655)
Atualização de Impostos a Compensar	19	(118)	(133)
Variáveis em Ativos e Passivos		(18.426)	(54.241)
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(31.888)	(42.901)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(608)	(9.554)
Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas		162	(36)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:

PIS e Cofins - R\$579 (30/06/2017 - R\$440): a Santander Securities interpôs medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$13.728 (30/06/2017 - R\$12.955): A Santander Securities ajuizou ação judicial visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. A ação judicial ainda está pendente de julgamento.

Desmutualização de Ações - R\$477 (30/06/2017 - R\$464), visa a não incidência do IRPJ e da CSLL dos valores correspondentes à atualização dos títulos patrimoniais convertidos em ações, visto que não representa acréscimo patrimonial, mas de mera permuta.

d. Passivos Contingentes Classificados com Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram em R\$709.744, sendo:

IRPJ - Refere-se a cobrança judicial de IRPJ do período base de 1994, por suposta falta de pagamento do tributo. Com a comprovação do recolhimento, houve sentença favorável em primeiro grau, objeto de apelação por parte da União, ainda em julgamento. Em 30 de junho de 2018, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$10.765.

COFINS - Discussão judicial para anular auto de infração lavrado pela Receita Federal, pretendendo a exigência de PIS e COFINS sobre receitas que não decorrem da atividade preponderante da empresa, contrariando assim o novo texto legal trazido pela Lei Federal nº 12.973/2014. Em 30 de junho de 2018, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$10.119.

13. Patrimônio Líquido

a. Capital Social

Em 30 de junho de 2018 e 2017, o capital social subscrito e integralizado é composto por 1.740 mil ações ordinárias nominativas escriturais sem valor nominal.

b. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 1% sobre o lucro líquido ajustado na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.

					31/12/2017	
Em Milhares de Reais		Reais por Ação				
Bruto	IRRF	Líquido	Bruto	Líquido		
Juros sobre o Capital Próprio ⁽¹⁾	39.685	5.953	33.732	22,80134	19,38099	
Juros sobre o Capital Próprio ⁽²⁾	14.770	2.216	12.554	8,48622	7,21300	
Total	54.455	8.169	46.286			

⁽¹⁾ Deliberados pela Diretoria em 10 de outubro de 2017 e pagos em 10 de dezembro de 2017.

⁽²⁾ Deliberados pela Diretoria em 26 de dezembro de 2017 e pagos em 28 de dezembro de 2017.

					31/12/2016	
Em Milhares de Reais		Reais por Ação				
Bruto	IRRF	Líquido	Bruto	Líquido		
Juros sobre o Capital Próprio ⁽¹⁾	14.000	2.100	11.900	8,04381	6,83724	
Total	14.000	2.100	11.900			

⁽¹⁾ Deliberados pela Diretoria em 30 de dezembro de 2016 e pagos em 26 de janeiro de 2017.

c. Reservas de Lucros

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, foram destinados 50% para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander Securities e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

14. Partes Relacionadas

a. Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Santander Securities realizada em 28 de abril de 2018, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos Administradores para o ano de 2018, fixado no valor máximo de R\$8.500.

i. Benefícios de Longo Prazo

A Santander Securities, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente com outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

ii. Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários dos Administradores:

	01/01 a	01/01 a
	30/06/2018	30/06/2017
Remuneração Fixa	1.663	1.776
Remuneração Variável	2.245	1.595
Outras	62	111
Total dos Benefícios de Curto Prazo	3.970	3.482

Adicionalmente, em 30 de Junho de 2018, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$514 (30/06/2017 - R\$894).

iii. Rescisão de Contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

b. Participação Acionária

A Santander Securities é controlada pela S3 Participações que possui participação acionária de 1.740 mil ações, equivalentes a 100,00% do seu capital social.

c. Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2018	30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Disponibilidades	2.942	1.579	-	-
Banco Santander (Brasil) S.A. ⁽¹⁾	2.942	1.579	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - Depósitos Interfinanceiros	371.904	250.244	11.797	12.614
Banco Santander (Brasil) S.A. ^{(1) (2)}	371.904	250.244	11.797	12.614
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	4.355	11.338	28.398	43.800
Banco Santander (Brasil) S.A. ⁽¹⁾	4.355	11.338	26.976	42.618
Banco Santander (Espanha) S.A.	-	-	1.422	1.182
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(4)	-	(7.239)	(7.741)
Banco Santander (Brasil) S.A. ⁽¹⁾	-	-	(2.421)	(2.381)
Isban Brasil S.A. ⁽²⁾	-	-	-	(1.693)
Aquanima Brasil Ltda. ⁽²⁾	-	-	(75)	-
Universia Brasil S.A. ⁽²⁾	(4)	-	(3)	-
Produban Serviços Informáticos Generales, S.L. ⁽²⁾	-	-	-	(17)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽²⁾	-	-	(4.740)	(3.650)

⁽¹⁾ Controlada diretamente pelo Banco Santander Espanha.

⁽²⁾ Controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha.

⁽³⁾ Em 30 de junho de 2018, estão compostas por aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimento até 3 meses no valor de R\$135.014 (30/06/2017 - R\$21.900), de 3 a 12 meses no valor de R\$235.836 (30/06/2017 - R\$228.344) e acima de 12 meses no valor de R\$1.054 (30/06/2017 - R\$0).

15. Receitas de Prestações de Serviços

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Rendas de Administração de Fundos de Investimentos	106.557	96.265
Rendas de Serviços de Custódia	33.910	29.856
Outras Rendas de Serviços	4.437	23.799
Total	144.904	149.920

16. Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Remuneração	12.834	11.211
Encargos	3.884	3.958
Benefícios	2.817	1.977
Treinamento	140	50
Outras	241	194
Total	19.916	17.390

17. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Depreciações e Amortizações	30.792	30.921
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	5.715	6.240
Serviços do Sistema Financeiro	634	498
Processamento de Dados	5.878	5.797
Convênio Operacional - Banco Santander (Nota 14.c)	2.421	2.381
Outras	1.484	1.313
Total	46.924	47.150

18. Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Despesa com PIS	868	913
Despesa com Cofins	5.342	5.618
Despesa com ISS	6.642	6.732
Outras	59	149
Total	12.911	13.412

19. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Atualização de Depósitos Judiciais	356	655
Receitas com Rendimento de Ativos Atuariais	44	-
Atualização de Impostos a Compensar	18	133
Recuperação de Encargos e Despesas	-	4
Reversão de Provisões Operacionais	1.239	-
Total	1.657	792

20. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 12.b)	1.506	1.165
Trabalhistas (Nota 12.b)	82	779
Outras Provisões Operacionais	-	730
Atualização Monetária (Nota 12.b)	439	760
Despesas de Atualização de Impostos	531	586
Despesas com Auditoria e Guarda de Lastros	321	233
Outros	230	848
Total	3.109	5.101

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	75.498	80.285
Participações no Lucro	(5.022)	(2.867)
Resultado antes dos Impostos	70.476	77.418
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Aliquotas de 25% e 20%, Respectivamente (1)	(31.714)	(34.838)
Despesas Indeducíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(7.186)	(6.967)
Demais Ajustes, CSLL 5%	71	(66)
Demais Ajustes	301	138
Imposto de Renda e Contribuição Social	(38.528)	(41.733)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Carlos Rodriguez de Robles Arienza

Conselheiros

Alessandro Tomao

Andrés Campos Calvo-Sotelo

Joaquin Alfaro Garcia

Carlos Rey de Vicente

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretores

Alex Severino de Souza

Erick Warner Carvalho

Fabio Ribeiro

Joaquin Alfaro Garcia

Marcelo Vieira Francisco

Rafael Guazzelli Ferme

CONTADOR

José Eduardo Fernandes - CRC SP 269858/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente

22. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de Aposentadoria Complementar

A Santander Securities patrocina, juntamente com o Banco Santander, os planos de benefício definido e de contribuição definida da Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev) Plano II e o plano de contribuição definida da SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi), entidade fechada de previdência privada, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico do plano.

i) Banesprev

Sanprev Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Sanprev Plano III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

ii) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios, 2 na modalidade de Benefício Definido e 1 na modalidade de Contribuição Variável, cujo processo de transferência de gerenciamento destes planos para a Banesprev ocorreu em janeiro de 2017. Atualmente, está em curso solicitação do processo de encerramento da autorização de funcionamento junto a PREVIC.

iii) SantanderPrevi

Dentre os planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar ligadas ao Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de contribuição definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano.

Os valores apropriados nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 em despesas de pessoal referente ao plano foram de R\$428 e R\$339, respectivamente.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	Banesprev 30/06/2018
Conciliação dos Ativos e Passivos	
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(851)
Valor Justo dos Ativos do Plano	1.779
Sendo:	
Superávit	928
Valor não Reconhecido como Ativo	95
Ativo Atuarial Líquido em 30 de Junho de 2018	(833)
Receita (Despesas) Reconhecidas	34
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(218)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	(70)
Principais Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos	
- Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial: 9,53% (2017 - 10,92%);	
- Taxa para cálculo dos juros sobre os ativos, para exercício seguinte: 9,53 (2017 - 10,92%);	
- Taxa estimada de inflação no longo prazo: 4,0% (2017 - 4,5%); e	
- Taxa estimada de aumento nominal dos salários: 5,0% (2017 - 5,0%);	
- Tábua biométrica de mortalidade geral: AT2000 (2017 - AT2000).	
Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:	
	Banesprev 30/06/2018
Experiência do Plano	29,8
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	29,8
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(104)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(104)
Mudança no Superávit Irrecuperável	14,1
A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais	
	Duration (em Anos)
	2017
	9,8

Sanprev II/III

b) Remuneração com Base em Ações

A Santander Securities possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Coletivo Identificado - Participantes do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. Da remuneração variável destes executivos, uma parcela é diferida em ações, pago 100% em Units SANB11. Em 2018, foram registradas despesas no valor de R\$15 (2017 - R\$39) referente a provisão do plano de diferimento em ações e foram registradas receitas com a oscilação do valor de mercado da ação do plano no valor de R\$15 (2017 - R\$38) como despesas de pessoal.

Coletivo não Supervisionado - Funcionários - empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor diferido será pago 100% em dinheiro,